XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS
11 a 13 de outubro de 2022

"Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercursão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina"

Autores: Aline Mattos Fuzinatto [1], Gabrielle De Souza Netto [2], Vanessa Maria Panozzo [2], Pâmela Da Silva Braz [2], Bruno Camilo Marchi Pereira [2], Míriam Thaís Guterres Dias [2]

APONTAMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES E FORMAS DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO PERÍODO DA PANDEMIA NOS CAPS, CREAS E CRAS DA REGIÃO MACRO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

NOTES ABOUT THE CONDITIONS AND MODALITIES OF WORK OF SOCIAL WORKERS DURING THE PANDEMIC PERIOD IN CAPS, CREAS AND CRAS IN THE MACRO METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE

RESUMO

Este artigo apresenta a análise parcial de dados da pesquisa *O acirramento das expressões da questão social em decorrência do Covid-19: percepções e estratégias dos profissionais da atenção psicossocial e da proteção social na região macro metropolitana de Porto Alegre*. Evidencia as mudanças na forma de execução do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam no SUS e SUAS.

Palavras-chave: assistente social; trabalho; pandemia covid-19; SUS; SUAS

ABSTRACT

This article presents the partial analysis of the research The worsening of the expressions of the social issue due to Covid-19: perceptions and strategies of psychosocial care and social protection professionals in the

1 Universidade Federal De Santa Catarina

2 Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

metropolitan region of Porto Alegre. It highlights the changes in the the work of social workers in SUS and SUAS.
Keywords: social worker; work; covid-19 pandemic; SUS; SUAS.

1. Introdução

Desde o início de 2020, o cenário da pandemia provocado pelo vírus da Covid-19 tem alterado as relações sociais e o modo de vida da população mundial e brasileira em diversos aspectos. No âmbito das políticas públicas de Saúde e Assistência Social (DIAS *et al.,* 2020 a), que se configuram como direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, essas transformações determinam as formas de desenvolvimento do trabalho profissional de Assistentes Sociais no país.

A desigualdade social, agravada pela ocorrência da pandemia, ou como afirmou Antunes (2021, p. 115) “a tragédia social antecede a atual situação pandêmica”, evidencia-se no aumento do desemprego e da condição de extrema pobreza no Brasil, que registrou um aumento de 5,8% de março de 2020 a março de 2021 (DIEESE, 2021), trazendo rebatimentos ao cenário profissional. Nogueira e Santos evidenciam (2022, p. 01) que “a pandemia desenvolve-se de maneira desigual, atingindo majoritariamente os mais pobres e os negros/pardos, o que evidencia o concreto caráter de classe da pandemia no Brasil”.

O contexto aponta para a urgência da efetividade das políticas sociais públicas e, neste artigo, daquelas que visam a sua materialização para os trabalhadores/as. O cotidiano daqueles (as) que têm atuado na linha de frente do cuidado à população foi profundamente alterado. Isso se evidencia não apenas por meio do aumento de demandas e volume de trabalho, mas pelas mudanças impostas pelas recomendações não farmacológicas dos órgãos nacionais e internacionais de saúde, para reduzir a transmissão do vírus, tais como o uso de equipamentos de proteção individual, distanciamento social e suspensão de determinadas atividades antes desenvolvidas nos equipamentos públicos.

Assim, este artigo consiste na apresentação da análise parcial dos dados da pesquisa “O acirramento das expressões da questão social em decorrência do

Covid-19: percepções e estratégias dos profissionais da atenção psicossocial e da proteção social na região macro metropolitana de Porto Alegre" (DIAS *et al.,* 2020b), elaborada por docentes e discentes da pós-graduação em Política Social e Serviço Social e da graduação em Serviço Social da UFRGS. Busca-se refletir sobre as condições e formas de execução do trabalho de assistentes sociais inseridos nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS e de proteção social da política de Assistência Social do SUAS da região macro metropolitana de Porto Alegre, no período da pandemia.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar como o conjunto dos profissionais da atenção psicossocial e da proteção social estão enfrentando as expressões da questão social na vida dos usuários na região lócus do estudo. Tratou-se de um estudo qualitativo descritivo do tipo levantamento, que teve como participantes 51 trabalhadores(as) dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e 22 dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de diferentes municípios da macrorregião Metropolitana de Porto Alegre, distribuídos em 7 Regiões de Saúde.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e maio de 2021, por meio de questionário online enviado aos CRAS, CREAS e CAPS em suas diferentes modalidades. A pesquisa foi aprovada pelos comitês de ética das instituições dos referidos serviços, e o instrumento de coleta contou com perguntas abertas e fechadas, que foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Para a análise referente ao perfil e às condições e formas de desenvolvimento do trabalho de assistentes sociais da RAPS, e da proteção social, foram selecionadas somente as respostas desses profissionais, que totalizaram, no SUS, 40% das respostas e, no SUAS, 49%. O trabalho está estruturado em dois itens, além desta introdução. No primeiro momento, discutem-se os rebatimentos do contexto pandêmico e de crise do capital ao trabalho profissional de assistente social no período da pandemia. Em um segundo momento, discutem-se as condições e recursos para o exercício do trabalho profissional nas políticas de saúde e assistência social durante a pandemia da Covid-19 na região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir dos resultados da pesquisa, apresentando o perfil dos seus participantes, seguido pelas considerações finais.

2. Rebatimentos da pandemia de Covid-19 e a crise do capital no trabalho profissional do/da Assistente Social

Os rebatimentos da pandemia da Covid-19, no trabalho de assistente social, decorrem do modo de produção capitalista, nos modos de vida da população, associados com a ascensão de governos de direita em países de economia periférica, como o Brasil. Para desvelar o impacto da crise sanitária para atuação profissional no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos, faz-se necessário compreensão macrossocial do neoliberalismo, para, assim, poder vislumbrar formas de resistência diante dessa realidade.

O neoliberalismo tem por natureza uma “preferência por mercados (sobre os governos), incentivos econômicos (sobre normas sociais ou culturais) e empreendedorismo individual (sobre a ação coletiva ou comunitária) ” (VIANA; SILVA, 2018, p. 2.107). Desse modo, seu intento e ações são de desmonte do Estado, na sua função de prover proteção social, que se materializou por meio de medidas governamentais que determinam o agravamento das condições de vida da população.

As medidas implementadas no país, desde os anos 1970, de minimização do Estado e a maximização do mercado, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram o aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não qualificados, redução de salários, devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Para Raichelis (2018), estamos diante de um processo que invade todas as dimensões da vida social, emergindo a questão social em novas determinações que rebatem no trabalho dos assistentes sociais, visto que os/as assistentes sociais estão submetidos/as aos mesmos processos de violação de direitos da classe trabalhadora.

Como Yazbek *et al*. (2021, p. 7) evidenciam, foi aprofundada a questão social “com a superexploração do trabalho, acirrando-se a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ampliando o exército industrial de reserva e a precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora”. Após quarenta anos de implementação de políticas neoliberais, com a formulação de políticas de austeridade fiscal, nos deparamos com um sistema da saúde sucateado, e de uma política de assistência social vinculada a práticas assistencialistas e emergenciais.

Se vive com um elevado índice de pobreza e de fome da população brasileira, sob a direção de Jair Bolsonaro com um governo de extrema direita, com seu "fundamentalismo religioso e obscurantista, o negacionismo da ciência, os irracionalismos, as práticas neofacistas que impõe o social-darwinismo e a necropolítica como *modus operandi*. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 142).

Nogueira e Santos (2022) apontam que, no início da pandemia da Covid-19 no Brasil, observou-se a verticalização da tomada de decisões, a ausência de um plano de ação de caráter nacional e a desarticulação entre governo federal e governos estaduais. Enquanto as medidas restringiam-se ao planejamento de protocolos, o vírus se espalhou rapidamente pelo território nacional, e por suas diferenças de comando regionais, facilitou um agravamento gradativo da pandemia.

A oposição da economia, em relação às políticas sociais, já estava posta antes da pandemia da Covid-19 eclodir, e pode ser compreendida na correlação de forças presentes na constituição do sistema de proteção social brasileiro. Nesse sentido, ao analisar o trabalho de assistente social, não se perde a dimensão da totalidade dos processos de precarização advindos das transformações do mundo do trabalho construídos historicamente, e por isso, se vive uma "profunda transformação estrutural do trabalho assalariado, com rebatimentos na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora. (RAICHELIS, 2018, p. 7).

Na pandemia da Covid-19, em escala mundial, e em uma conjuntura de reestruturação produtiva e redução do Estado, foi possível visualizar suas características de classe, gênero e raça, onde a classe trabalhadora esteve mais vulnerável quanto à garantia de sua sobrevivência e com condições de vida cada vez mais precarizadas (MATOS, 2020; HARVEY, 2020). E, não distanciados dessa realidade, os profissionais assistentes sociais, que atuam na esfera estatal, e estiveram na linha de frente em serviços de saúde e assistência social, atuaram com a falta de equipamentos de proteção individual, férias previstas suspensas, sujeitos ao impacto sobre a saúde mental que tende a aumentar significativamente nesses contextos, sobretudo quando as condições de biossegurança no trabalho não estão garantidas (CARVALHO, 2020). Essas evidências do cotidiano do trabalho, em tempos de pandemia, foram identificadas nos achados da pesquisa desenvolvida, que serão apresentados a seguir.

3. Condições e formas de execução do trabalho de Assistentes Sociais dos

CAPS, CRAS e CREAS da região macro metropolitana de Porto Alegre no período da pandemia.

Os/as assistentes sociais participantes da pesquisa, todos (100%) informaram ser funcionários públicos, sendo que, no âmbito do SUAS, 80% estão vinculados ao sistema há mais de cinco anos e, no SUS, 66,6%. A maioria (100% para o SUS e 82,1% dos que trabalham no SUAS) são concursados e atuam com uma jornada de trabalho de 40h semanais (66,7% no SUS e 64% no SUAS). Esses dados revelam um perfil de trabalhadores assistentes sociais do SUS e SUAS da região estudada que, além de serem em grande parte funcionários públicos estatutários, possuem experiência de atuação nos serviços no momento da eclosão da pandemia.

Em relação à carga horária de trabalho, encontravam-se trabalhando com uma jornada de trabalho semanal acima da regulamentada pela Lei Nº 12.317/2010 (BRASIL, 2010). Apenas 22,2% (SUS) e 24% (SUAS) realizam as 30h semanais regulamentadas há mais de uma década para a categoria profissional. A sanção dessa Lei representou um histórico de luta e mobilização da categoria profissional, por intermédio de suas entidades representativas. Conforme manifesta Boschetti (2020), em entrevista fornecida ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a aprovação dessa lei demonstrou que “só a luta muda a vida" e “nos lembra cotidianamente o quão importante são os princípios e valores do nosso Projeto Ético-político profissional, que sustentam a luta por direitos da classe trabalhadora como uma mediação fundamental da vida”. Entretanto, os dados evidenciam que esse processo não se dá sem resistência por parte dos empregadores: a redução da jornada de trabalho é um direito que, ainda hoje, não é garantido para grande parte da categoria profissional.

A pesquisa também revelou que a maior parte dos municípios da região estudada elaborou e/ou adotou algum plano específico de enfrentamento da pandemia da Covid-19: no âmbito do SUS (88,9%) e no SUAS (76%). Entretanto, quando os/as assistentes sociais informam sobre o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como forma de prevenção e controle de propagação da Covid-19 para uso no local de trabalho, 33,3% desses, do SUS, afirmam que foi fornecido, mas não o suficiente. Daqueles/as vinculados ao SUAS, 36% alegam o mesmo, situação semelhante encontrada em estudo de Freitas (2021).

Em relação aos tipos de EPIs, a máscara cirúrgica é o equipamento

referenciado com mais frequência pelos trabalhadores do SUS (28,6%), seguido pela Máscara N95 ou FFP2 (“bico de pato”) (25%), pelo capote/avental (14,3%) e luvas (14,3%). Já no SUAS, o EPI fornecido e mais utilizado no local de trabalho é a proteção ocular (20,9%) e “outros tipos de máscara” (20,9%), que não foram especificadas pelos participantes. Apenas 13,2% indicaram a utilização de máscara N95 ou FFP2 (“bico de pato”), que comprovadamente se trata da forma mais indicada (COFEN, 2022)

Acompanhando o fornecimento, e os EPIs dispostos para a utilização nos locais de trabalho, no início da pandemia, foram recomendadas diversas medidas preventivas para o controle de propagação da Covid-19. As mais citadas pelos/as assistentes sociais vinculados ao SUS e ao SUAS foram a readequação do local de trabalho (30,4% e 40,8%, respectivamente) em termos de espaço físico (para atender as recomendações sanitárias) e a medição de temperatura (26,1% e 30,6%). Dos serviços do SUS, 21,7% adotaram a triagem clínica para atendimento e 8,7% o atendimento médico específico para suspeitas de Covid-19 para avaliação de sintomas e testagem. Já no SUAS, a triagem clínica foi a medida menos utilizada e 4,1% das respostas indicaram que não foram adotadas medidas para controle da propagação da Covid-19.

Cabe questionar, de forma análoga à Fleury (2020, p. 7), em sua análise sobre o cenário da Covid-19 no Brasil: “para qual país estavam se dirigindo tais medidas?” Conforme traz a autora, observa-se a falta de medidas concretas por parte das autoridades que permitissem a criação de condições de enfrentamento da pandemia: “Mesmo os profissionais que cuidam dessa população na atenção primária e nos centros de referência de serviços assistenciais não foram treinados” (FLEURY, 2020, p. 7).

Esse cenário é corroborado pelas respostas dos/das assistentes sociais participantes do estudo. O maior quantitativo de respostas foi para a pergunta *Não passei por nenhum treinamento e/ou capacitação*, para 36,4% no SUS e 74,5% no SUAS. A capacitação, ofertada pelo/a empregador/a, foi realizada por 27,3% no SUS e 15,7% no SUAS, e as capacitações por procura espontânea, ofertadas em local externo ao trabalho, foram realizada por 36,4% no SUS e por 9,8% no SUAS. Essa realidade evidencia o quanto os/as assistentes sociais ficaram expostos e em situação de risco à saúde durante a pandemia.

Outro importante dado constatado na pesquisa, foram as formas de

execução do trabalho no período anterior à vacinação. Podendo marcar diferentes alternativas para a questão “Frente à pandemia de Covid-19, selecione as formas de execução do trabalho adotadas no seu serviço antes da vacinação”, no SUS, 18,8% dos participantes sinalizaram o fato de não ter sido adotado sistema de rodízio ou revezamento. O mesmo percentual (18,8%) apontou para o estabelecimento de teleatendimento (contato telefônico, *e-mail*, *whatsapp*) com recursos necessários oferecidos pela gestão.

Já para os respondentes vinculados ao SUAS, quando questionados sobre as formas de execução do trabalho, 12,7% apontaram para a modalidade mista (presencial e *home office*), enquanto 10,8% para o estabelecimento de sistema de rodízio/revezamento por determinado período. O mesmo percentual (10,8%) indicou a modalidade de teleatendimento (contato telefônico, *e-mail*, *whatsapp*) com recursos necessários oferecidos pela gestão.

No ano de 2020, o CFESS emitiu um documento de suma importância para a categoria profissional, “*Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia”, v*isto que estamos frente a uma organização de trabalho que intensifica a sua exploração e,

> Sem debate entre os/as trabalhadores/as e organização coletiva, o teletrabalho se transforma subitamente em uma realidade. Mas é necessário refletir sobre as condições de trabalho e os custos gerados para os/as trabalhadores/as pelo uso e aquisição de equipamentos, material de informática, conserto de equipamentos, rede de internet, material de consumo, energia e infraestrutura, entre outros. (CFESS, 2020, p. 5)

Desse modo, o Conselho Federal de Serviço Social propôs o debate quanto aos contextos a longo prazo que esse evento histórico da pandemia ocasionou e continuará deixando suas marcas no mundo do trabalho e nas condições de vida de grandes segmentos populacionais.

4. Considerações Finais

Essa conjuntura política e sanitária, que causou impactos negativos, e consequentemente, o aumento do número de mortes pela Covid-19, foi mitigada pelo compromisso que os trabalhadores das políticas de saúde e da assistência

social, organizações e movimentos sociais tiveram em defender o que preconiza o SUS e o SUAS. Assim como as inúmeras formas de luta que marcam o serviço social, que têm como objeto as expressões da questão social e suas resistências.

Todo o processo histórico de formação das políticas públicas se deu diante desse tensionamento entre os interesses burgueses e a classe trabalhadora. No contexto da pandemia, evidenciou-se, ainda mais, a luta de classes, quando, de um lado estava a classe defensora do neoliberalismo com sua proposta de salvar os lucros à custa de vidas e, de outro, os/as trabalhadores/as enfrentando, na maioria das vezes, as precárias condições de trabalho, e, ainda, a demanda decorrente da Covid-19.

Por esses motivos, consideramos que a realização deste estudo foi necessária para apontar a relevância do trabalho dos/as assistentes sociais no período pandêmico, e, ainda, provocar reflexões sobre as condições desse trabalho. Destaca-se que as condições de trabalho apontadas se referem ao conjunto de trabalhadores do SUS e SUAS, e que sofrem cotidianamente com o processo de precarização, sendo necessária a vigilância, denúncia e proposição de medidas para que as políticas sociais cumpram com seu papel de garantir os direitos sociais aos brasileiros.

Referências

ANTUNES, R. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão** - Ano XXIV - nº 49 – jan. a abr./2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.317/2010 de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm

_____ . Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Portaria Interministerial**

MTP/MS nº 14, de 20 de janeiro de 2022. Disponível em: https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mtp/ms-n-14-de-20-de-janeiro-de-2022-375794121. Acesso em: 8 de junho de 2022.

BOSCHETTI, E. **Direito se conquista:** 10 anos da Lei das 30 horas. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Brasília, 2020.

CARVALHO, I.C.M. "El La Nave Vá": Fellini, pandemia e a vida nua. In: CASTRO, D.; DAL SENO, D.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Capitalismo e a Covid-19**: um debate urgente. São Paulo: ABET, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Teletrabalho e Teleperícia**: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília (DF): CFESS, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf. Acesso em: 8 de junho 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Testes apontam eficácia de diferentes máscaras de proteção**. COFEN, 2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/testes-apontam-eficacia-de-diferentes-mascaras-de-protecao_95016.html#:~:text=Os%20resultados%20comprovaram%20a%20import%C3%A2ncia,de%2060%20a%20300%20nm . Acesso em: 30 jun. 2022.

DIAS, M.T.G.; BRANDÃO, V.M.P.; FUZINATTO, A.M.; PEREIRA, B.C.M. O impacto da pandemia no trabalho dos assistentes sociais na atenção psicossocial e proteção social. In: GOMES, T.M.S.; PASSOS, R.G.; DUARTE, M.J.O. (Org.). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Editora Navegando, 2020, p. 161-182. 2020 a.

DIAS, M.T.G.; BRANDÃO, V.M.P.; FUZINATTO, A.M.; PEREIRA, B.C.M.; NETTO, G.S. O acirramento das expressões da questão social em decorrência do Covid-19: percepções e estratégias dos profissionais da atenção psicossocial e da proteção social na região macro metropolitana de Porto Alegre. **Projeto de pesquisa.** UFRGS, Porto Alegre, 2020b.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura 2021**. São Paulo: DIEESE, N. 29, junho/julho

2021.

FLEURY, S. **Pandemia, contradições e inovações no federalismo brasileiro.** 19/05/2020. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.

FREITAS, R.M. Serviço Social, Assistência Social e a pandemia da COVID-19: desafios e apontamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 653-676, jul. dez. 2021.

HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Blog da Boitempo. 24.03.2020.

MATOS, M.C. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. **Boletim-COFI**: Plantão Coronavírus (CRESS-ES), Vitória, Espírito Santo, n. 2, abr. 2020.

NOGUEIRA, K.W.A.S.; SANTOS, N.A. Pandemia no capitalismo dependente: apontamentos sobre a COVID-19 no Brasil. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 1-19, jan.-dez. 2022.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C.C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

VIANA, A.L.d'Á.; SILVA, H.P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7):2107-2117, 2018.

YAZBEK, M.C; BRAVO, M.I.; SILVA, M.L.O.; MARTINELLI, M.L. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. Editorial. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021.

,